

Constituinte e recursos humanos

ODINO DE PAULA JR.

Especial para a Folha

Dentre os inúmeros e importantes objetivos que têm sido atribuídos à Constituinte, deve-se destacar a oportunidade para uma ampla e profunda discussão sobre o papel das organizações na vida dos cidadãos.

Um dos fatos menos estudados e discutidos do período autoritário, foi o alargamento do espaço ocupado pelas empresas — privadas e públicas — na vida das pessoas, direta e indiretamente ligadas a elas. A ocupação principal ocorreu quando o Governo e suas instituições foram substituídas, pelas empresas, na prestação de serviços ao trabalhador e a sua família. Quando o Estado assume a responsabilidade pela saúde, educação, transporte, lazer, formação profissional do cidadão, entre outras, está não apenas cumprindo um preceito constitucional mas, principalmente, pelo princípio da complementaridade de papéis, está assegurando o direito do exercício da cidadania.

Por inúmeras razões, que o espaço não permite detalhar, a partir de 1964 os Governos iniciaram uma boa orquestrada transferência de responsabilidades: as empresas passaram a assumir a prestação de um enorme leque de serviços aos seus trabalhadores e dependentes. Das razões, vale destacar uma das mais importantes: a medida em que delegava essas responsabilidades, o governo pulverizava o atendimento às necessidades, impossibilitando, na prática, a aglutinação e organização dos cidadãos em torno de entidades sociais, comunitárias e políticas de defesa dos seus interesses. Reforçando a decisão do governo rapidamente constatou-se que a delegação deu certo: as empresas que passaram a cuidar da saúde, alimentação, lazer, transporte, etc. dos seus funcionários, passaram a fazê-lo bem e de forma muito mais competente do que até então tinha feito o governo. Problemas que foram no passado — e hoje seriam muito mais — focos de graves tensões sociais, foram resolvidos, na sua maioria pela desconcentração e pela competência das empresas. Um exame das pautas de reivindicação dos Sindicatos poderá comprovar o quanto está assimilada e incorporada essa transferência de responsabilidades — sem excluir que, os próprios sindicatos

foram transformados em verdadeiras agências de serviços sociais. Hoje, para os trabalhadores, a criação e manutenção de uma creche é responsabilidade a ser cobrada das empresas e não do Governo, para quem contribuímos com impostos que a maioria paga sem saber.

A ampliação do espaço da organização atingiu tamanho grau que, ao perder um emprego o trabalhador está sendo privado, não somente do salário mas, principalmente, de um aparato organizado para atender à quase todas as suas necessidades, bem como dos seus dependentes.

A organização ideal de uma comunidade, um bairro, pode ser um exemplo do espaço perdido. Os moradores deveriam ter à sua disposição — por conta de serem cidadãos e contribuintes (nessa ordem) — serviços básicos, de tal forma que para atender às suas necessidades principais, não precisassem sair do seu espaço sócio-cultural. Mas, muito mais do que isso, que pudessem exercer alguma forma de controle sobre a gestão desses serviços. Enfim, que não fossem privados do exercício dos papéis da cidadania. É aceitável e mesmo desejável que uma empresa instalada a 20, 30, 50 km do centro das cidades, assuma o transporte e alimentação dos seus trabalhadores. Afinal eles não podem ser penalizados porque as empresas preferem — ou não podem — se instalar próximas às fontes de mão de obra.

Mas, se quando os trabalhadores dessa mesma empresa quiserem frequentar um clube, tiverem como única opção fazê-lo num clube criado e mantido pela empresa, alguma coisa estará errada. Porque a necessidade de lazer deve poder ser satisfeita fora da égide da autoridade do trabalho.

Um regime é democrático quando permite que cada indivíduo exerça um número ilimitado de papéis, sob a égide de autoridades diferentes, sendo que estas, na sua maioria, devem também ser objeto da escolha do próprio indivíduo, como confirmação da própria democracia.

ODINO MARCONDES DE PAULA JR., 37, é consultor e diretor da Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (ABTD-SP), e diretor da Marcondes e Consultores Associados.